

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, às onze horas e vinte minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Extraordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária. Dispensando a leitura da ata da sessão anterior, para a próxima sessão, nós vamos direto à Ordem do Dia e, depois, com a possibilidade das Explicações Pessoais. Antes, porém, eu gostaria de cumprimentar e agradecer a presença do senhor Jaime Soares, vice-prefeito do município de Selvíria. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Convocação de Sessão Extraordinária para votação do Projeto de Lei nº 364/2023. Item 1. Em redação final. Projeto nº 364/2023. Autor: deputado João César Mattogrosso, e coautoria dos deputados Jamilson Name, Marcio Fernandes e outros. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.321, de 10 de janeiro de 2019, nos termos que especifica com a emenda". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão a redação final. Aberta a votação da redação final do Projeto nº 364/2023. Em votação, senhores deputados.

Projeto nº 364/2023, de autoria dos deputados João César Mattogrosso, e coautoria dos deputados Jamilson Name, Marcio Fernandes e outros.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com o voto sim da minha querida deputada Lia Nogueira, está encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Está encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Nobre presidente, colegas presentes, eu vim aqui hoje para falar de uma pauta que nós vamos discutir no próximo mês. Estamos finalizando o mês de fevereiro, e a partir de amanhã a gente inicia o debate sobre violência contra as mulheres. E eu venho aqui trazer mais essa pauta que eu acho importante discutir. Nós mulheres que estamos na política não temos facilidade para

ocupar esses espaços. Para as mulheres, estar no espaço da política significa ter que fazer diversos enfrentamentos. O primeiro deles é romper com a cultura da exploração do trabalho doméstico, que traz às mulheres uma demanda de trabalho muito maior do que para os homens e que, por isso, para elas, o espaço privado, culturalmente, sempre foi delas, enquanto que aos homens foi destinado o espaço público. Desde a infância a gente ensina os meninos a jogar bola, a dirigir, a brincar com os carrinhos e a estar nos espaços públicos, enquanto, para as mulheres, os brinquedos são uma bonequinha, um rodo e uma vassoura, coisas que dizem respeito ao espaço privado. Ou seja, a construção social dada para nós, em nossa sociedade, é a de que as mulheres devem ocupar o espaço privado, e os homens os espaços públicos. Quando ousamos vencer essas barreiras, nos deparamos também com a tentativa de negar nossa existência nos espaços públicos. E eu venho aqui hoje para falar da violência de gênero na política, pois enfrentamos isso cotidianamente. Para estarmos em espaços públicos, precisamos ser muito melhores do que os homens em tudo o que fazemos ou falamos. A gente tem que estudar mais, tem que ter muito mais disposição e trabalho para poder estar nesses espaços, porque a vigilância sobre nossas vidas é muito maior e, mais do que isso, nem sempre somos compreendidas como pessoas, mas como corpos em espaços públicos. Não somos vistas como pessoas que estão aqui para fazer debate político e que têm capacidade e competência, mas somos, sim, analisadas pelos nossos corpos; e foi algo que aconteceu com a deputada federal Camila Jara, que passa por um processo, uma investigação, algo que acontece no espaço da política. Ontem, a deputada Camila Jara passou por uma situação em que, em um jornal local, foi chamada de "bonitinha, mas ordinária"; uma interpretação que não respeita uma mulher no espaço público da política. "Bonitinha" já é pejorativo por si só, pois é diminutivo, diminuindo uma mulher quanto ao seu corpo e à sua beleza. Quanto ao termo "ordinária", não preciso dizer nada sobre. Então, não podemos aceitar que as mulheres na política sejam desprestigiadas, desvalorizadas e desconsideradas nesses termos. Quero deixar claro que a deputada Camila Jara não é a única que passa por isso. Recentemente, o deputado Zeca do PT trouxe à tona o caso da vereadora de Porto Murtinho que foi ameaçada. Temos a história da nossa colega deputada Lia Nogueira, que sofreu violência de gênero quando vereadora. Em Dourados, nós também lembramos da nossa companheira Virgínia Magrini, que foi duramente atacada por ser uma mulher em um espaço onde não aceitam as mulheres. A política não foi pensada para nós, e por isso, quando estamos aqui, incomodamos. Nosso lugar é de incomodar mesmo, e vamos continuar fazendo esse enfrentamento. É preciso respeitar os espaços das mulheres. Quando ocupamos esses lugares, é porque tomamos a decisão de fazê-lo. Essa decisão foi tomada há mais de um século passado, quando as mulheres decidiram participar dos partidos políticos e escolher seus representantes. Esse direito ao voto e, posteriormente, o direito de ser votada, é muito recente. Tomamos uma decisão coletiva de ocupar os espaços de poder e exercer nosso direito. Sabemos das violências e das necessidades que a política precisa para as mulheres que estão no trabalho, cuidando das crianças, sabendo o que é melhor para a educação, necessitando de segurança para as crianças e um conceito de segurança específico para as mulheres. Esse conceito inclui uma cidade limpa e iluminada, onde possamos circular a qualquer hora do dia, pois é negado às mulheres o direito até mesmo de circular pela cidade, porque não há segurança para a gente. Portanto, pensar a política a partir do olhar das mulheres é pensar uma política voltada para o bem-estar de toda uma população. E dentro dessa condição, dessa necessidade, eu venho aqui dizer que nós estamos juntas, unidas e não vamos aceitar esse tipo de



ofensa às mulheres que estão no espaço da política. Por isso venho aqui fazer esse registro e dizer que a nobre deputada Camila Jara tem todo o nosso respeito por ser uma mulher e ter ocupado esse espaço; ela merece ser respeitada na sua condição, no lugar que ocupa, portanto não vamos aceitar esse tratamento pejorativo e diminutivo ao fato simplesmente da condição de ser uma mulher. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Não havendo mais nada a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h35min).